

Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica

Thinking the event: journalism, temporality
and narrative in a historical perspective

André Bonsanto Dias

Universidade Federal do Paraná.

Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, 80035-010, Curitiba, PR, Brasil.

andrebonsanto@hotmail.com

Resumo. Pensar a problemática do acontecimento no campo da comunicação suscita uma discussão ampla que remete a um diálogo pluridisciplinar. Da forma como este trabalho pretende discutir acontecimento, as reflexões dialogam com a questão da temporalidade e da narrativa como fatores constituintes do discurso midiático. Fruto de um estudo maior que procura situar o acontecimento e o discurso da mídia inscrito por uma memória discursiva que garante inteligibilidade aos fatos do passado no presente, o trabalho procura percorrer possíveis olhares teórico-metodológicos para uma análise do acontecimento sob o viés de uma temporalidade particular.

Palavras-chave: acontecimento, tempo, narrativa.

Abstract. Thinking the event problematization in the field of communications raises a broad discussion that leads to a pluridisciplinary dialog. In the way this work intends to discuss the event, the discussions interact with the themes of temporality and of narrative as building factors of the media discourse. Product of a bigger study that intends to establish the event and the media discourse conveyed by a discursive memory that insures intelligibility of the past in the present, the work intends to investigate possible theoretical-methodological approaches to an analysis of the event under a singular temporality.

Key words: event, time, narrative.

A discussão sobre o acontecimento é bastante complexa se tomarmos em conta as análises referentes à disciplina histórica. Ora abandonada por uma história de “longa duração”, quase imóvel, proposta pela primeira geração da Escola dos *Annales*¹ francesa, a história “factual” e dos “acontecimentos” fez-se novamente emergir com a constituição da sociedade de massas e os meios de comunicação. É evidente, foi com

a consolidação da imprensa que o “acontecimento” ressurgiu na história com um novo olhar. A noção de acontecimento reconfigura a temporalidade histórica na medida em que propõe a ideia de um “presente contínuo” que, sob o viés do historiador François Dosse (2001) instaurou um ritmo cada vez mais acelerado, fazendo com que ocasionasse certa “dilatação” da história no mundo contemporâneo.

¹ A Escola dos *Annales* reuniu importantes historiadores franceses ao longo de todo o século XX que, ao combater a ideia de uma escola “metódica” na historiografia, acabaram por renovar o fazer historiográfico naquele período. Não é intenção deste texto dialogar com as múltiplas vertentes historiográficas ao longo do tempo. Para um olhar breve, consultar Dosse (2001).

A temporalidade midiática inscreve incessantemente um presente a partir de uma atualidade que lhe é sempre nova. Para Dosse, os acontecimentos devem ser detectáveis em seus vestígios, sejam eles discursivos ou não, que instauram uma multiplicidade de situações.

O movimento apoderou-se do tempo presente até modificar a relação moderna com o passado. A leitura histórica do acontecimento já não é redutível ao acontecimento estudado, mas é vista em seu vestígio, situada numa cadeia de acontecimentos. Todo discurso sobre um acontecimento veicula, conta uma série de acontecimentos anteriores, o que confere toda importância à trama discursiva que os liga, formando um enredo (Dosse, 2001, p. 92).

Ainda sob o viés da historiografia, é fundamental a concepção que o historiador Pierre Nora realiza com relação ao “retorno do fato” na história contemporânea. Para ele, a atualidade e a rapidez gerada pela mídia fizeram com que se produzisse uma nova percepção sobre o sentido histórico inscrito no acontecimento. Nora acredita que a mídia é quem obtém o monopólio das narrativas históricas contemporâneas, sendo que é somente a partir dela que o acontecimento marca a sua presença na sociedade.

A mídia, neste sentido, acaba por impor o vivido como história em uma inserção diária de novos acontecimentos que se repetem constantemente, sob uma espécie de “vulcões da atualidade”, tornando o acontecimento “monstruoso”, como coloca o autor. “Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos (Nora, 1976, p. 183).

Esta noção de acontecimento relacionada à historiografia, ainda que configurada em meados da década de 1970, nos parece bastante atual. A mídia impõe uma nova temporalização à noção de acontecimento e o inscreve em uma constante re-figuração do passado no presente. No entanto, se para a história a imediatez da mídia torna mais “perceptível” a decifração do acontecimento, é preciso pensar que o acontecimento produzido a partir do

discurso midiático se inscreve em uma relação temporal que se instaura em uma “intriga” entre presente e passado. A partir do momento em que o acontecimento midiático “reefetua” o passado em sua narrativa, ele acaba por fazer com que o passado “persista” no presente e entre em constante “refiguração”². A noção de “rastros” colocada pelo filósofo Paul Ricoeur (1994) e que será fundamental nas análises sobre a questão do tempo e da narrativa que trataremos a seguir, deve ser entendida aqui como um aspecto importante na formulação do sentido do texto midiático. “O que queremos dizer quando afirmamos que algo ‘realmente’ aconteceu?” A questão colocada por Ricoeur nos remete diretamente à temporalidade do acontecimento que, na mídia, só torna o passado inteligível na medida em que ele acaba por “persistir” no presente (Ricoeur, 1997).

E em que sentido este passado “persiste” no presente em um acontecimento midiático? Qual a particularidade do texto jornalístico para que este possa ser configurado a partir de uma perspectiva narrativa própria? Qual a especificidade da notícia enquanto produtora do acontecimento?

Na verdade, torna-se complicado – e de certa forma até equivocado – assumir uma perspectiva que procure separar de forma clara o acontecimento histórico do jornalístico. Na concepção de Berger e Tavares (2010), o acontecimento jornalístico se alimenta do “vivido” pela história e acaba por intervir na percepção deste. Se, para a história, o acontecimento corresponde à emergência das reverberações perceptíveis no cotidiano, no jornalismo esta noção está intrínseca à construção do acontecimento enquanto material noticioso que “constrói” a realidade. Realidade que, “capturada” no e pelo tempo da história é tomada de sentido pela constituição do discurso jornalístico. Ao reconhecer e interpretar este acontecimento que “irrompe na superfície lisa da história” – em uma apropriação do já clássico conceito proposto por Rodrigues (1993) – o jornalismo acaba por construir sua própria noção de acontecimento, mediando-o e tornando-o “reconhecível” na sociedade.

Aproximando história e jornalismo, podemos encarar ambos como construtores de histórias narradas, ponto em que nos deteremos

² Veremos adiante como é ambígua esta noção de “presentismo” instaurada pelo acontecimento midiático e como alguns autores do campo da comunicação enxergam o estatuto temporal na constituição do discurso jornalístico contemporâneo.

adiante. Vale colocar, no entanto, que é a partir desta constatação que se supera a ideia de um jornalismo visto como mero espelho do real, que apenas reproduz aquilo que “acontece” na realidade. A ideia de acontecimento construído garante um novo estatuto à percepção daquilo que é relatado em notícia pelo jornalismo. Nesta perspectiva, o acontecimento não se situa “fora” do texto, ele o constitui e garante inteligibilidade³. O jornalismo, assim como a história, se constrói por uma narrativa, organizando os fatos que devem ser encarados como dignos de serem contados, reconhecidos e lembrados. Ele determina o que deve ter existência pública e, portanto, não reflete objetivamente apenas aquilo que emerge da realidade.

O jornalista deve ser visto, sob esta perspectiva, como agente ativo na construção do acontecimento. As notícias não refletem o mundo exterior sob a ótica de um profissional meramente observador que se “anula” e apenas “reproduz” o acontecimento na notícia. As notícias “são como são” porque é assim que os jornalistas e sua máquina burocrática as querem. Eles a constroem a partir de interesses particulares e por critérios de noticiabilidade que perpassam relações de poder, seleção e enquadramento que, direta ou indiretamente, atuam na constituição de nossas lembranças e esquecimentos. Como afirma Nelson Traquina (1993), se o acontecimento tem a capacidade de criar a notícia, a própria notícia, relatada a partir do discurso jornalístico, também cria acontecimentos. Sob este viés, o acontecimento jornalístico deve ser dotado de um caráter especial, pois ele se distingue daqueles inúmeros relatos que “emergem” do cotidiano da história, seja por seu poder de seleção e classificação ou pelas leis que regem seu grau de noticiabilidade: “O acontecimento jornalístico

irrompe sem nexos aparentes nem causas conhecidas e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória” (Rodrigues, 1993, p. 28). Paradoxalmente, este acontecimento pode ser definido como uma “anti-história”, pois pertence ao “mundo do acidente”, do imprevisível, que dissolve identidades, deixa vestígios, alterando nossa forma de percepção sobre o mundo que acontece.

Adriano Rodrigues (1993) denomina de “meta-acontecimentos” aqueles que são “provocados pela própria existência do discurso jornalístico”. Como espécie de “acontecimentos segundos”, o discurso jornalístico transforma a própria linguagem em acontecimento discursivo: “Atualizações de enunciados pertencentes a vários regimes enunciativos que se encadeiam entre si segundo regras de encadeamento próprias” (Rodrigues, 1993, p. 30). Ao relatar o acontecimento, a mídia estaria produzindo não apenas uma descrição do acontecido, mas emergindo um novo acontecimento que vem a integrar o mundo a partir de seu discurso. A notícia emerge à cena pública naquilo que ela pretende fazer-se vista, reconhecida, e lembrada⁴.

Já para Muniz Sodré (2009), o jornalismo mobiliza diferentes tipos de discursos, mas este, em essencial, se apóia na notícia que se configura como um procedimento que preside e estrutura a construção do acontecimento. Acontecimento que, para ele, está intimamente ligado à questão do tempo, como algo irredutível à lógica da história. Sodré coloca uma distinção entre fato e acontecimento, demonstrando assim como o discurso constrói narrativamente as mutações no fluxo do cotidiano. Para ele, a notícia, enquanto produtora de um acontecimento (que parte do fato) é um relato de algo que “foi” ou “será” inscrito

³ Esta perspectiva construcionista do acontecimento procura superar o “empirismo ingênuo” positivista que desde o final do séc. XIX normatizou as teorias da profissão jornalística. A ideia de um jornalismo tido como “espelho” da realidade, mero mediador que traduz o acontecimento em texto coloca-o como algo transparente, submetido sempre a uma ética profissional. A concepção de acontecimento exterior ao texto avalia se o jornalista é fiel ou não aos relatos do cotidiano pelo seu grau de neutralidade e imparcialidade “a partir do momento em que forja um discurso ético que prevê a separação da opinião da informação, a supressão das discussões ideológicas por um discurso de neutralidade, a troca da persuasão pela busca pela verdade e a crescente importância do texto escrito de modo direto, claro e conciso. [...] Portanto, pode-se dizer que, no exercício profissional e em sua ética, são hegemônicas as buscas pela objetividade, pela verdade, pela transposição dos fatos em relatos objetivos e pela seleção dos acontecimentos que importam para o público” (Pontes; Silva, 2010, p; 53). A ideia de uma produção “neutra” do acontecimento jornalístico é ainda muito forte em sua prática profissional. Como veremos, este é um dos discursos que procuram legitimar a identidade da *Folha de S. Paulo* ao longo de sua história. Para mais sobre as diversas vertentes da teoria do acontecimento no jornalismo, consultar Traquina (1993) e Benetti e Fonseca (2010).

⁴ A pesquisadora Marcia Benetti (2010) acredita inclusive que, quando o jornalismo é abordado sob o viés do acontecimento discursivo, como uma espécie de “meta-acontecimento”, se garante o estatuto do jornalismo como acontecimento. Este reconhecimento é, para ela, um “salto de qualidade” conceitual, uma vez que nos permite compreender um regime discursivo particular – o jornalismo – como um acontecimento.

nas relações cotidianas de um “real-histórico” determinado por fatores espaciais, temporais, institucionais e políticos (Sodré, 2009). O fato seria então o que acontece, uma experiência sensível da realidade que funcionaria como um ponto de partida para o conhecimento de algo⁵. Assim, afirma Sodré, o jornalismo se configura sob um tipo particular de conhecimento do fato, pois a informação jornalística parte de objetos tidos *a priori* como “factuais” para posteriormente obter, sob a mediação do acontecimento, uma clareza sobre o fato sócio-histórico. Já o acontecimento, consistiria em uma representação social do fato, uma “referência apropriada por uma seqüência de enunciados cronologicamente ordenados” (Sodré, 2009, p. 27). Materializado na forma de notícia, o acontecimento atuaria como uma espécie de “vetor” para a teoria da instantaneidade que fundamenta o discurso midiático. A notícia, entendida então neste fluxo entre o fato e o acontecimento se constituiria como um relato de um acontecimento factual e que, portanto, estaria inscrito em uma realidade histórica particular.

O acontecimento, no sentido proposto por Sodré, seria definido por uma “marcação” e uma “pontuação rítmica” que o compõe em sua estrutura narrativa. Enquanto “fato marcado”, o acontecimento jornalístico define a noticiabilidade de um fato por critérios que garantem “valor” à notícia e que constituem, nas palavras do autor, “categorias de organização ou controle dos fluxos” (Sodré, 2009, p. 75). “Marca-se”, portanto, um acontecimento, devido a sua possibilidade de instaurar uma narrativa. Quanto à “pontuação rítmica”, esta se dá, no acontecimento, sob um fluxo temporal dos fatos no cotidiano. Esse fluxo não é algo “natural”, alerta o autor, mas sim “a resultante de uma sensação ou uma percepção das interrupções e passagens da experiência cotidiana, elaborada na consciência dos sujeitos sociais” (Sodré, 2009, p. 80). As interrupções marcadas pela “pontuação rítmica” do discurso acabam por gerar “regimes particulares de temporalidade”, que garantem ao acontecimento uma estrutura própria no

tempo e no espaço do discurso. O acontecimento, visto como um “aspecto temporal do fato social” define então o cotidiano a partir de seu artifício narrativo que é instaurado pela mídia e que “presentifica” o passado e o futuro no sentido de um “aqui” e um “agora” (Sodré, 2009)⁶.

Vale aqui reforçar uma observação fundamental: para problematizar o discurso na mídia não devemos nunca negligenciar os suportes em que eles são inscritos e se constituem. Os jornais ordenam os acontecimentos inscrevendo-os em objetivos particulares, não devemos encarar a mídia como aquela instituição que apenas transmite o que “ocorre” na realidade social, esta realidade é “construída” sempre a partir de um olhar. O lingüista Patrick Charaudeau (2006) defende a tese de que não há uma captura da realidade no acontecimento midiático sem que este passe um filtro e um ponto de vista particular. “Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (Charaudeau, 2006, p. 131). O acontecimento construído se encontra inscrito em um “mundo a comentar”, ou seja, um acontecimento só existe a partir do momento em que é “nomeado”.

Partindo desta premissa analítica, Maurice Mouillaud (2002) acredita que a informação jornalística não pauta-se apenas naquilo que possa ser possível mostrar, mas também no que julga ser importante “fazer saber”. Algo é marcado para ser percebido, pois há um caráter imperativo na informação. Supor que acontecimentos são enquadrados é afirmar que eles não se dão da mesma forma ao longo do tempo, cada escolha induz a uma história diferente, afirma Mouillaud. Ao selecionar determinado acontecimento em detrimento de outro, ao lembrar um fato, relegando outro à sombra do esquecimento, a mídia acaba por trabalhar, diariamente, com a questão da memória em seus textos. O enquadramento como um processo de visibilidade dos acontecimentos acaba então por delimitar um campo onde os fatos “ocorrem”. Delimitando um quadro,

⁵ No entanto, alerta o autor, nem tudo o que “acontece”, pode ser considerado como um “fato”: “Definir o mundo como “tudo que é caso” não implica em dizer que mundo é tudo que simplesmente acontece, pois o caso requer que o acontecido realmente se disponha como objeto para a consciência. [...] Assim, o que acontece (o caso, o fato) é tornado possível pela existência de “estado de coisas”, que por sua vez são conexões entre coisas e objetos.” (Sodré, 2009, p. 29)

⁶ Sodré (2009) acredita que todo fato tornado acontecimento implica em uma “pontuação rítmica” própria, não importando se este acontecimento ocorreu no passado ou no “presente contínuo”. Esta pontuação comporta, segundo ele, ciclos diferentes que ordenam temporalmente a sucessão dos acontecimentos, sendo que a sucessão desses acontecimentos varia de acordo com o valor atribuído ao fato.

a mídia específica aquilo que deve ou não ser visto, acreditado e lembrado⁷. Partindo de cenários pré-construídos, os jornalistas trabalham com “baterias de informações preparadas” evidenciando que o conceito de informação, intrínseco ao acontecimento, se constitui em um processo de tensão pela disputa de visibilidade.

Assim, a busca por uma “coerência” na análise dos acontecimentos se constitui em uma intriga que vai da informação ao acontecimento, realizando um trabalho de seleção daquilo que nos é possível ser mostrado: “Desta forma, pistas se desenham, caminhos se abrem, uma rede de sentidos se institui: uma lógica e uma cronologia se instalam” (Mouillaud, 2002, p. 51). Falar em cronologia é assumir que os acontecimentos se reúnem em uma unidade de tempo, ligados um ao outro sob o signo da atualidade, uma superfície que lhes é comum. Como retirar o fundamento dos acontecimentos se estes não estiverem ligados à experiência histórica e não formarem entre si uma narrativa e um discurso? Esta questão é primordial para Mouillaud, pois para ele o acontecimento deve ser trabalhado a partir de dois sentidos: voltado para um futuro, onde é incessantemente reproduzido e atualizando um passado, reoferecendo a sua atualidade enquanto acontecimento: “Tudo se passa como se o jornal fosse escrito sob dois registros: uma superfície dada a ler, e um estoque de paradigmas mantidos em reserva à maneira de um arquivo” (Mouillaud, 2002, p. 74).

Devemos, portanto, encarar os acontecimentos como produtos de estratégias que se dão a partir de certos acordos entre o jornalista – o “montador” dos acontecimentos, na colocação de Mouillaud – e o suporte em que este se encontra inserido. O discurso produzido pelo acontecimento não está solto no tempo, se inscreve naquilo que Mouillaud denomina como um “dispositivo” e que se relaciona com o sentido ao qual o jornal pretende dar ao enunciado. De acordo com ele, os estudos relacionados às mídias freqüentemente realizam uma distinção entre a descrição do jornal (enquanto sua materialidade, um “suporte”) e a da descrição dos conteúdos (onde estariam contidos os “sentidos” de um acontecimento). Mouillaud acredita ser esta uma simplificação que enxerga a língua como um mero “envelope” do sentido⁸. O dispositivo não é apenas um suporte técnico que garante visibilidade ao enunciado, ele o envolve e está intimamente relacionado a um sentido de fluxo imaterial. Muito mais que suportes, eles são matrizes em que se inscrevem os textos – e que se inscrevem antes dos textos –, precedendo e comandando sua duração⁹.

Isto posto, vale ainda elencar algumas considerações importantes propostas pelo português José Rebelo com relação à noção de acontecimento. Para ele, o acontecimento não é apenas uma produção midiática, ou seja, nem todas as ocorrências midiáticas se tornam necessariamente acontecimentos. Uma ocorrência só terá maior possibilidade

⁷ O conceito de enquadramento para Mouillaud é discutido a partir de uma metáfora própria das obras artísticas, onde se enquadra o acontecimento sob a percepção de uma “cena”, uma “moldura”. Isolado da experiência cotidiana e, separado de seu contexto, o enquadramento permite conservar e transportar no tempo o acontecimento, garantindo sua identidade graças ao estatuto da informação, que lhe é intrínseco: “Continuamente, a percepção quotidiana enquadra cenas para poder-ver, à maneira de uma cena de teatro, que isola certos personagens em uma unidade de espaço e de tempo e que se opera uma certa transformação de suas relações. [...] Continuamente, o que fica fora do campo sai do quadro” (Mouillaud, 2002, p. 43) Portanto, afirma Mouillaud, não podemos absorver e analisar o acontecimento a partir de uma só olhada, ele não forma um texto único, pelo contrário, a partir do momento em que é “enquadrado”, se torna fragmentário, disperso: “A apreensão de um acontecimento exige que ele seja fragmentado em cenas parciais que, para serem passíveis de leitura, devem ser, cada uma, monossêmicas (partir de um ponto e estar orientada a uma direção) [...] Entretanto, a monossêmia é um limite jamais tingido. Se o enquadramento nos permitisse ainda apreender o acontecimento como uma instância objetiva, a reprodução em abismo dos acontecimentos retirar-lhe-ia o *status* substancial. [...] O que se chama acontecimento não pode sequer ser encarado como uma soma de micro-acontecimentos e, sim, como uma dinâmica inesgotável de apreensões.” (Mouillaud, 2002, p. 62)

⁸ O autor exemplifica esta questão utilizando novamente uma metáfora, desta vez oriunda do marketing. Para ele, devemos fazer uma relação entre a embalagem e seu produto. À primeira vista, embalagem e produto podem ser separados, sem que se perca a identidade, o “conteúdo” do produto. No entanto, este parece ser um equívoco metodológico para Mouillaud. O que aconteceria, por exemplo, se retirássemos o perfume de seu frasco? O limite material do produto ainda nos parece evidente, mas e o limite simbólico? Este trabalho é criticado pelo autor, pois ele acredita que não devemos tentar extrair “categorias” analíticas, assim como separamos a amêndoa de seu caroço.

⁹ Não devemos encarar esta “antecipação” do dispositivo como algo decorrente da passividade do texto frente ao seu suporte: “Se o jornal gerou os títulos, como a cidade gerou as vitrines e as tabuletas, os títulos “fazem” o jornal e as tabuletas a cidade, da qual elas são a receita” (Mouillaud, 2002, p. 33).

de se tornar um acontecimento se for produzido em nosso espaço e nosso tempo, de onde advém seu potencial de atualidade¹⁰.

A constituição de sentido no acontecimento midiático se dá a partir da produção da narrativa sobre o acontecimento que, segundo o autor, seria algo que geraria sentido “ao funcionar como máquina de organização do tempo e ao assentar numa lógica da causalidade, ou melhor, numa lógica em que a causalidade se funde, coincide, com a contigüidade” (Rebelo, 2006, p. 20). Rebelo acredita que a narrativa jornalística comporta uma tripla projeção no tempo: ela descreve um movimento anterior, apresentando causas consideradas como primordiais, reconstitui os caminhos possíveis dessas causas e, por último, prevê conseqüências, prolongando esses caminhos. Sob esta ótica, podemos pensar que o acontecimento midiático propõe diversas temporalidades interpretativas que envolvem um contexto do passado (pelas analogias que sugere) e do futuro (pelas antecipações que permite) e que, portanto, não está condicionado apenas a um “presentismo” que sufoca e comprime o passado a cada instante. Essa “dualidade temporal” faz com que o acontecimento se torne, ao mesmo tempo, explicável e explicativo:

Explicável pela produção de “estórias” que origina. Explicativo pelo poder que transporta, enquanto revelador daquilo que ele (trans)forma, ou pode (trans)formar, nas pessoas e nas coisas (Rebelo, 2006, p. 21).

Usos do passado: tempo e narrativa na análise do acontecimento midiático

Entramos em um labirinto complexo e tortuoso. Como vimos, a noção de tempo

está cada vez mais intrínseca ao discurso midiático. Mas se da mesma forma que a ideia de um “presentismo” evidenciado pela narrativa midiática instaura um novo tempo ao acontecimento, podemos dizer que, cada vez mais, ela se utiliza do passado para construir e dar sentido aos seus textos. Os acontecimentos produzidos pelos profissionais da mídia pontuam estritamente uma inscrição no tempo. Mas qual é o sentido de tempo produzido, afinal, pelo discurso midiático?

O acontecimento narrado pela mídia se entrecruza em um discurso pautado pela questão do tempo na medida em que precisa legitimar um acontecimento presente fazendo, constantemente, “usos” do passado para garantir inteligibilidade aos fatos. De acordo com a pesquisadora Marialva Barbosa (2008) os textos produzidos pela mídia evidenciam um novo sentido temporal que emerge da dimensão narrativa. “Um tempo atual, incessante e permanentemente atualizado aparece com destaque ao lado da constante evocação do passado” (Barbosa, 2008, p. 83). Há neste sentido um paradoxo colocado pela percepção inicial de que a mídia instaura um “presentismo” no acontecimento. Para legitimar um presente contínuo, o discurso do acontecimento utiliza-se, ao mesmo tempo, de rastros e vestígios do passado que fornecem um contraponto à necessidade constante de uma inserção na atualidade presenciada no mundo¹¹. O papel da memória entra aqui em cena, pois, ao se utilizar de rastros e fazer “usos” de um passado, a mídia sempre torna algo esquecido e/ou lembrado em seu discurso, questão esta que não podemos nunca negligenciar¹².

A questão da temporalidade – central para a problemática epistemológica da comunicação – vem ganhando amplo espaço em discussões recentes de nosso campo. Reflexo de um

¹⁰ Seu conterrâneo Adriano Duarte Rodrigues também partilha de algumas dessas considerações: “Podemos considerar toda a prática da linguagem que é produzida pelas instituições da informação como discurso midiático? Não haverá também discursos midiáticos fora dos suportes da informação e os suportes informativos não difundirão também discursos não midiáticos?” (Rodrigues, 2002, p.219-220)

¹¹ “Que tipo de usos do passado os meios de comunicação produzem? Por que essas narrativas inserem o *passado* no presente em reatualizações permanentes?” Essas indagações colocadas por Barbosa são importantes para pensarmos qual “passado” é instaurado no discurso midiático. Para a autora, este passado, como uma expressão de historicidade própria de nossa época “[...] deve ser apresentado como o passado, marcado por uma temporalidade finita, demarcada pela atualidade, e como algo que se caracteriza pela invariabilidade. Só há um passado verdadeiro e é este que deve ser representado. Há, pois, um único passado: tudo aquilo que se distingue do presente como algo absoluto.” (Barbosa, 2008, p. 89)

¹² A questão dos “usos” do passado nos textos da mídia é a problemática central nos estudos de Eliza Casadei. Pesquisa realizada em 2009 pela autora demonstrou que, de um total de 6.489 matérias produzidas pelas revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital* naquele ano, 4.423 delas - o que representa 70% do total - mencionavam algum fato do passado acontecido ao menos quinze anos antes da veiculação da matéria. Estes “usos” do passado estão cada vez mais marcantes no discurso midiático e são, na visão da autora, fundamentais para articular sentido aos textos do presente. Para mais, consultar Casadei (2009; 2010; 2011).

momento conjectural, evidenciado pela “crise” da própria percepção da experiência temporal, esta questão nos parece crucial para colocar a mídia como entidade singular que se legitima como organizadora dos “quadros de referência” da atualidade. Com o advento das novas tecnologias de comunicação, por exemplo, muito se pergunta sobre qual seria o estatuto temporal que a mídia re-instaura nas relações cotidianas. As mídias tradicionais, por outro lado, se encontram em crise de identidade em um momento em que a “atualidade” e a obsessão pelo instante parecem não garantir mais espaço para que jornais diários abarquem seu fluxo temporal do presente. Em plena “cultura da memória”, jornais do dia anterior parecem não ter finalidade maior do que servir para “embrulho de peixe” (Palacios, 2010). A obsessão pelo presente, a dilatação de um tempo atual, efêmero e incessante, torna as experiências cotidianas cada vez mais paradoxais. Como percebemos a realidade a partir dos relatos midiáticos? Como o acontecimento jornalístico, tido como um importante norteador das relações sociais constrói sentido a essas percepções?

Se encararmos o tempo como um “relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais seqüências de acontecimentos em evolução contínua” (Elias, 1998, p. 13), será pela sucessão dessa seqüência que encademos um “quadro de referência” para nossa percepção temporal. Devemos muito, portanto, àquilo que a mídia coloca como o que realmente aconteceu. Seus discursos são construídos com o intuito de nortear nossa percepção no presente, relacionando-o àquilo que ocorreu e que estará por vir. A própria prática do jornalismo procura articular a temporalidade de forma que possa garantir inteligibilidade aos fatos que se sucedem, pela capacidade que temos de identificar em nossa memória “acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso” (Elias, 1998, p. 33).

Desta forma, devemos colocar o presente do discurso jornalístico sob evidência. A temporalidade midiática não é tão facilmente delimitável e não deve ser vista apenas com o olhar do instante. Para o pesquisador Elton Antunes (2007a), que se debruçou sobre esta problemática em tese de doutorado, o acontecimento jornalístico perpassa diferentes temporalidades. Ao construir um relato a partir daquilo que “emerge” da história, o acontecimento jornalístico demanda interpretação que parte sempre

de um contexto a ser significado. Assim, ele não se limita apenas a uma simples “aparição na atualidade”. A atualidade se articula entre passado, presente e futuro, constituindo a ideia de um “triplo presente” a ser interpretado e que garante inteligibilidade aos fatos.

os tempos que vivemos na atualidade não são, necessariamente, contemporâneos entre si. A mídia conforma uma temporalidade – o presente – mas é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilização dos tempos. A mídia curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo em que ela é padronizadora do tempo atual – ritmo e ordena cronologicamente o cotidiano –, ela põe também em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, a mídia dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais (Antunes, 2007a, p.289).

Antunes rediscute a ideia de “presentismo” do discurso jornalístico para afirmar que este não se dá pela simples dilatação do presente. Seu discurso “curto-circuita” os tempos a partir de uma intriga entre passado, presente e futuro. Intriga que se dá pelo processo de interpretação do acontecimento, que precisa se ancorar em experiências passadas, projetar um futuro, para que a notícia ganhe sentido em um presente a ser comentado. O “presentismo” instaura uma perda da faculdade de discernimento do discurso temporal no jornalismo que, obcecado pelos relatos do presente, do instante, percebe a atualidade apenas como aquilo que está a ocorrer. A temporalidade é, neste caso, muitas vezes tomada como “mero dispositivo de ativação da atualidade” e analisada apenas pelo olhar do presente. Envolto por uma crise de percepção temporal, os jornais diários não estariam conseguindo lidar com a representação de tempo, acredita o autor. O presentismo resulta em uma “perda da faculdade de discernir critérios para associar a temporalidade ao relato jornalístico” (Antunes, 2007b, p. 27). Para trabalhar com a ideia de atualidade, o tempo do presente já não mais basta. Ao relatar um acontecimento os jornalistas buscam, pela própria condi-

ção de compreensão do fato, uma referência à história, um “presente das coisas passadas” que desenrola uma expectativa – “presente das coisas futuras” – posto na sequência dos acontecimentos a comentar¹³. A atualidade, onde o presente emerge, não é portanto a única dimensão temporal que constitui a informação. É preciso ancorar a notícia em outros fluxos temporais para garantir inteligibilidade aos fatos¹⁴.

Mecanismo essencial para a produção de sentido, a temporalidade deve estar ligada à construção do acontecimento. É preciso atenção especial às suas relações. Problematizar o acontecimento sob o viés da temporalidade é fundamental para efetivar, como coloca Antunes, um olhar “externamente de dentro” para a escrita jornalística. O tempo do relato é sempre o atual, mas ele se dá por um plano narrativo que, para garantir inteligibilidade à notícia, articula temporalidades múltiplas. A tripla temporalidade da produção da notícia é, portanto, o tempo por excelência do discurso jornalístico (Dalmonte, 2010), que só pode ser expresso a partir do momento que assumimos uma perspectiva “construcionista” do acontecimento midiático. As notícias são “estórias”, narrativas que constroem uma realidade a ser comentada. Narrativa que se constitui por intriga, onde passado, presente e futuro se confluem, confundem e complementam¹⁵.

Fernando Resende (2007) acredita que a perspectiva narrativa do discurso jornalístico é fundamental para identificar não apenas o conteúdo destes discursos, mas para reconhecer possíveis estratégias discursivas da notí-

cia. Lugar de mediação, a narrativa auxilia no reconhecimento do contexto em que se inscrevem “estórias” que redimensionam o acontecimento. Compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento é, para ele, “dar ênfase à idéia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (Resende, 2009, p. 36). A narrativa é, portanto, um processo relacional onde os sujeitos – jornalista e leitor – entram em processo de negociação de sentidos. Em um mundo marcado pela aparente aceleração do tempo, pautado por discursos que comprimem o futuro em um constante presente, o passado acaba por adquirir uma significação particular. O discurso da mídia pauta-se, devemos considerar aqui, pela questão do tempo e da narrativa, perspectiva que deverá nos auxiliar para compreender, metodologicamente, a noção do acontecimento contemporâneo.

Partimos do pressuposto colocado pelo filósofo Paul Ricoeur (1994) em sua obra *Tempo e Narrativa*, segundo o qual a atividade de narrar e o caráter temporal da experiência humana possuem uma correlação que não é puramente acidental. Para ele, o tempo torna-se “humano” na medida em que se articula pela narrativa e a narrativa, só ganha sentido, no momento em que se inscreve em uma condição de existência temporal. Como fio condutor para a mediação entre tempo e narrativa, Ricoeur se pauta pela interpretação da poética de Aristóteles e às concepções de tempo em Santo Agostinho, encadeando assim três momentos de uma *mimese*¹⁶. Articula-

¹³ A concepção dos “triplos presentes” é originária de Santo Agostinho e fundamenta a obra de Ricoeur (1994) que iremos nos deter em seguida.

¹⁴ Disto o autor elencou algumas constatações que supostamente refletem a “crise de temporalidade” que enfrentam os grandes jornais diários: “1) pressionados em relação ao período de intervalo entre as sucessivas edições e o relato de acontecimentos, os jornais impressos tendem a explicitar a menção a outros dispositivos de informação jornalística que operam com relações temporais distintas; 2) há uma progressiva perda da sincronia da temporalidade da notícia no jornal com o tempo social organizado pela unidade de tempo “dia de 24 horas”. As notícias em uma mesma edição combinam remissões eventos não restritos a esse intervalo; 3) a multiplicação de seções e cadernos evidencia a simultaneidade de programações temporais do jornal que correm paralelas à edição de todo dia; 4) nesse novo quadro, a periodicidade diária faz com que o jornal opere com uma regularidade mecânica que contribui para um noticiário fortemente rotinizado em que se produz o paradoxo dos “acontecimentos singulares que se repetem”; 5) essa regularidade engendra um processo acentuado de instrumentalização do tempo fazendo com que a forma do jornal exprima a condição de que é um instrumento que permite ao leitor “poupar” tempo; 6) cada edição do jornal, em particular no domingo, auxilia na constituição de uma marcação rítmica que ordena e estrutura temporalmente a vida de indivíduos e da comunidade.” (Antunes, 2007a, p. 288).

¹⁵ Gaye Tuchman afirma que os relatos dos acontecimentos são “estórias” – nem mais nem menos” que se constroem por um plano narrativo. “Os repórteres descobrem acontecimentos nos quais conseguem localizar os temas e os conflitos de uma sociedade particular. Estes acontecimentos são recontados essencialmente através da mesma “estória” de ano para ano ou mesmo de década para década.” (Tuchman, 1993, p. 258).

¹⁶ Para uma melhor apreensão das teorias de Aristóteles e Agostinho, consultar o Tomo I de *Tempo e Narrativa* em Ricoeur (1994). Nossa intenção neste trabalho é dialogar com a tese de Ricoeur que, ao partir de uma relação entre esses dois textos, pressupõe um campo de investigação particular.

lando estas duas concepções o autor acredita que a intriga constante entre tempo e narrativa se dá entre o tempo do autor (*mimese* I, uma referência que precede a composição poética), do texto (*mimese* II, a *mimese* criação) e do leitor (*mimese* III, ponto de chegada da composição poética). Nesta perspectiva, a *mimese* II se constituiria no pivô da análise por estabelecer um sentido que configura a tessitura da intriga entre a *mimese* I e a *mimese* III. Propõe assim o autor, a partir da *mimese* criação, o texto, extrair uma “inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração” (Ricoeur, 1994, p. 86). O desafio, coloca Ricoeur, está no papel do leitor (ou pesquisador?) ao analisar esta mediação que se dá pelo texto entre a prefiguração de um campo prático e a recepção da obra, no sentido da leitura. É preciso, portanto, entender esta intriga constante na relação de mediação entre as três *mimeses*, “chave do problema” na questão do tempo e da narrativa.

O discurso produzido pela mídia se enquadraria na *mimese* II proposta por Ricoeur, na medida em que produz um acontecimento presente constantemente “usado” por um passado e que, conseqüentemente, antecipa um futuro. Para produzir o discurso, no entanto, é preciso se compreender uma história e a tradição cultural que, de acordo com Ricoeur, procede a tipologia das intrigas, ou seja, está contida na *mimese* I. Se podemos narrar uma ação, continua o autor, é porque esta se articula em signos, regras e normas que são uma ação “simbolicamente mediatizada” (Ricoeur, 1994). A *mimese* II, se quisermos considerá-la como um discurso produzido pela mídia, toma a função intermediária, pois age enquanto mediadora de uma realidade constituída pela constante intriga entre tempo e narrativa. A intriga é, portanto, mediadora, no sentido de que:

Faz mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo. [...] As duas relações recíprocas expressas pelo de e pelo em caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. Em conseqüência, um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular. Ele

recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga (Ricoeur, 1994, p. 103).

Neste sentido, Ricoeur acredita que uma história pautada em acontecimentos, uma história “factual”, só pode ser uma história narrativa. Mas o acontecimento deve contribuir para o progresso de uma intriga, não ser breve, “nervoso”, como uma explosão (Ricoeur, 1994). É o que ocorre com relação ao acontecimento midiático que já analisamos sob a perspectiva de Sodré (2009). Para ele, a informação jornalística se estabelece a partir de um conjunto de regras e convenções discursivas, bem como de hábitos e práticas sociais, construindo “um esquema narrativo, uma forma germinal de *enredo* ou *intriga* que transforma a factualidade da vida” (Sodré, 2009, p. 37). A informação e o que acontece são, desta forma, instâncias interdependentes¹⁷.

É pensando a questão do tempo e da narrativa que podemos articular ainda mais as relações entre a Comunicação e a História. Para Marialva Barbosa (2009), falar em comunicação e história é se referir a dois pressupostos que norteiam essas duas áreas do conhecimento: narrativa e tempo. A história, visando as relações do passado e a comunicação, visando relações que envolvem ações presentes, estão dialogando com as ações humanas (sejam elas passadas ou presentes) e, portanto, buscam uma unidade pelo ato narrativo. Sejam atos do passado ou do presente, as práticas humanas sempre se materializam em atos comunicacionais. Em História, seguimos rastros, vestígios, que são sempre expressos por esses atos. Já o que se faz em comunicação “[...] é colocar em evidência os processos comunicacionais numa época comum, o presente vivido, para tentar não apenas explicar essas narrativas, mas compreender as ações desses homens do presente. Ações que só se constituem pelo ato narrativo” (Barbosa, 2009, p. 13).

Ao viver, cotidianamente, estamos produzindo narrativas e os discursos nada mais são do que esses “atos narrados”. A questão narrativa não deve, desta forma, se resumir apenas a uma problemática lingüística. Narrar é “uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir

¹⁷ É aqui fundamental também a tese de doutorado de Matheus (2010). Sua análise procura perceber como o jornalismo articula uma percepção temporal particular a partir de seus processos enunciativos. Com uma ampla pesquisa documental, abarcando quase dois séculos de pesquisa em três periódicos cariocas, a obra repensa a questão do tempo e da narrativa no acontecimento jornalístico

interpretações, lançar no mundo outros textos decorrentes do ato narrativo, que por sua vez se transformaram em novas interpretações e em outros atos narrativos” (Barbosa, 2009, p. 19).

Procuramos situar a noção do acontecimento midiático em uma perspectiva temporal que dialogasse com o campo da Comunicação e da História. Um texto só se inscreve de forma narrativa ao se aproximar do cotidiano. Ou seja, um texto, um discurso, o acontecimento, está inscrito no tempo, no espaço e, portanto, é constituinte de nosso mundo. Acreditamos que os discursos produzidos pela mídia possuem estas características, são marcados por uma enunciação que se repete, se opõe e se transforma, pois são instaurados por uma memória discursiva que os faz emergir em condições específicas a partir de um presente particular.

Uma abordagem que procure integrar o acontecimento a estas questões deve levar em consideração que sua construção na e pela mídia sempre mantém uma inscrição na história, na memória e que, inscrito a partir de uma narrativa, é instaurado por uma relação temporal. Propomos aqui alguns olhares, um “universo de possíveis” (Barbosa, 2007) para pensar o acontecimento sob este viés particular. Olhares que, incompletos e conflituosos, demandam sempre novas interpretações. O acontecimento é um processo que se reconstrói.

Referências

- ANTUNES, E. 2007a. *Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais diários impressos*. Salvador(BA) Tese de Doutorado. UFBA, 321 p.
- ANTUNES, E. 2007b. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. *Em Questão*, 13(1):25-40.
- BARBOSA, M. 2007. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: A.P.G. RIBEIRO; L.M.A. FERREIRA. (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro, Mauad X, p. 15-35.
- BARBOSA, M. 2008. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: A.P.G. RIBEIRO; M. HERSCHMANN (Orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro, Mauad X; Globo Universidade, p. 83-97.
- BARBOSA, M. C. 2009. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 6(16):11-27.
- BENETTI, M. 2010. O jornalismo como acontecimento. In: M. BENETTI; V. P. da S. FONSECA (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis, Insular, p. 143-167.
- BERGER, C; TAVARES, F. M. B. 2010 Tipologias do acontecimento jornalístico. In: M. BENETTI; V. P. da S. FONSECA (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis, Insular, p. 121-143.
- CASADEI, E. B. 2009. Para Além do Presente: a inserção do passado nas reflexões sobre o jornalismo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, XXXII, São Paulo, 2009 . *Anais...* São Paulo, SP, 1:1-15.
- CASADEI, E. B. 2010. *Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos históricos nas notícias de hoje*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado em Comunicação. USP, 250 p.
- CASADEI, E. B. 2011. A evocação à História como estratégia de referencialidade no jornalismo. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Intercom, XVI, São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo, SP, 1:1-15.
- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 285 p.
- DALMONTE, E. F. 2010. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. *História*, 29(1):328-344.
- DOSSE, F. 2001. *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo, UNESP, 321 p.
- ELIAS, N. 1998. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zagar Ed, 165 p.
- MATHEUS, L. C. 2010. *Comunicação, tempo, história. Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Niterói, Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFF, 272 p.
- MOUILLAUD, M. 2002. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: M. MOUILLAUD; S. D. PORTO (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 49-84.
- NORA, P. 1976. O retorno do fato. In: J. LE GOFF; P. NORA. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, p. 179-194.
- PALACIOS, M. 2010. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *Matrizes*, 4(1):37-50.
- PONTES, F. S; SILVA, G. Acontecimento jornalístico e história. 2010. In: M. BENETTI; V. P. da S. FONSECA (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis, Insular, p. 43-63.
- REBELO, J. 2006. Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. *Revista Científica de Información e Comunicación*, 3(1):17-28.
- RESENDE, F. 2007. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no Jornalismo. *Revista Fronteira*, IX(2):81-90.
- RESENDE, F. 2009. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, 9(18):31-43.
- RICOEUR, P. 1994. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas, Papirus, 327 p.
- RICOEUR, P. 1997. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas, Papirus, 512 p.
- RODRIGUES, A. D. 1993. O acontecimento. In: N. TRAQUINA. *Jornalismo: questões, teorias e estó-*

- rias. Lisboa, Vega, p. 27-34.
- RODRIGUES, A. D. 2002. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: M. MOUTILLAUD; S. D. PORTO (org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 217-235.
- SODRÉ, M. 2009. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes, 287 p.
- TRAQUINA, N. 1993. As notícias. In: N. TRAQUINA. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Vega, p. 167-177
- TUCHMAN, G. 1993. Contando "estórias". In: N. TRAQUINA. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Vega, p. 258-263.

Submetido em: 29/08/2011

Aceito em: 10/09/2011